



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 04.678/18**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do PBPREV, concedendo Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais a Sra. Maria de Fátima Chaves Santos de Araújo, Agente de Investigação, Matrícula: 116686-7, lotado na Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, que contava, à época do ato, com 30 anos, 2 meses e 28 dias e idade de 60 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Cons. em exercício - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº **04.678/18**

Objeto: Aposentadoria  
Interessado: Maria de Fátima Chaves Santos de Araújo  
Órgão: PBPREV  
Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato  
Procurador/Patrono:

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 938/2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 04.678/18 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais a Sra. Maria de Fátima Chaves Santos de Araújo, Agente de Investigação, Matrícula: 116686-7, lotado na Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 26 de abril de 2018.

Assinado 4 de Maio de 2018 às 11:06



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE

Assinado 3 de Maio de 2018 às 12:53



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 8 de Maio de 2018 às 09:09



**Manoel Antonio dos Santos Neto**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO